



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BRASÍLIA, DF, 8 DE ABRIL DE 1998

Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos; Senhores Ministros de Estado; Senhores Parlamentares; Senhor Dr. Aloysio Campos da Paz; Senhores Membros do Conselho de Administração da Associação Pioneiras Sociais; Senhores Professores e Alunos do Curso de Ciências de Reabilitação; Senhoras e Senhores,

Pode parecer, e é, uma ousadia um Presidente da República se abalarçar a aceitar um convite que foi feito pelo Dr. Aloysio Campos da Paz para, pelo menos simbolicamente, iniciar os cursos nesta escola, cursos numa escola que trata de reabilitação, de ciências da reabilitação. E pode parecer ousadia maior ainda porque quem dará essa, eu não ousaria nem usar a expressão “aula”, mas quem, por alguns momentos, tratará de expor algumas poucas idéias aos que têm a bondade de estarem aqui para esta inauguração é uma pessoa que está há alguns anos afastado das lides universitárias e em funções que não são, propriamente, equivalentes às de um professor. Mas, talvez por isso mesmo, até para uma espécie de auto-estímulo, eu aceitei.

Mas não foi essa a razão principal. A razão principal foi que, faz algum tempo, eu acompanho as atividades da Rede Sarah, e acompanho num sentido bastante pessoal e direto: como paciente, como alguém que é disciplinado, que continua seguindo as instruções de reabilitação por problemas pequenos de coluna; mas, também, como alguém que participou do Conselho dessa Associação e que, se hoje não participa de forma efetiva, é simplesmente porque a condição de Presidente da República, formalmente, impede a participação nas Associações que têm algum relacionamento direto com o Governo.

Creio que isso desculpa o fato de eu ousar conversar com os senhores e com as senhoras sobre um tema que, certamente – nisso fiquem tranqüilos, sobretudo os professores – não será de reabilitação física, mas, quem sabe, seja uma possibilidade de uma discussão sobre a reabilitação de certos conceitos, de certas idéias, no que diz respeito à relação entre conhecimento e poder, que foi o título que o Professor Aloysis Campos da Paz sugeriu para esta aula inaugural.

Não é um tema simples. É um tema recorrente na literatura das ciências sociais, das ciências da natureza, sobretudo da ciência política e da filosofia. Poder-se-ia até imaginar que há uma diferenciação de natureza entre poder e conhecimento, pelo menos no comportamento e nos valores e no treinamento daqueles que se dedicam ao poder e dos que se dedicam ao conhecimento, supondo-se a existência, que eu não reconheço, de uma separação entre essas esferas.

Na verdade, há a literatura mais clássica sobre essa matéria e a mais recente. Nessa literatura antiga, poderíamos apelar até para os clássicos gregos, se quiséssemos. Se fosse meu amigo Hélio Jaguaribe que aqui estivesse, certamente discorreria sobre o que aconteceu com Sócrates, sobre Aristóteles, sobre a *polis*, sobre o ostracismo, sobre o conhecimento como um fator de desassossego, sobre o conhecimento como um fator essencial para a manutenção do poder e, ao mesmo tempo, um fator limitativo no exercício do poder.

Mas, deixando de lado as inspirações mais clássicas, eu diria que, na literatura mais recente, talvez o autor que tivesse tido uma posição mais definida, em termos da caracterização das diferenças entre co-

nhecer e poder, em termos do comportamento de quem conhece e de quem é poderoso, terá sido um alemão chamado Max Weber, que faz uma distinção essencial, qual seja a distinção entre os valores, a ética – na expressão dele – daqueles que se motivam para a ação e a ética daqueles que se motivam para a reflexão. A distinção é clássica e conhecida. Diz Weber que uns se motivam e se orientam pelos valores finais, uma ética de convicção.

Não se pode pedir ao profeta que se preocupe com o modo de chegar aos resultados. Não se pode pedir ao pregador, do púlpito, que faça outra coisa a não ser revelar a verdade, segundo lhe pareça. Não se pode, mesmo, pedir ao doutrinário mais apaixonado na política que se preocupe com as condições para implementação dos objetivos que tem. Pelo contrário, estarão, o tempo todo, apaixonados pelos objetivos finais e insistindo em valores absolutos, insistindo em que é possível julgar – e julgar a partir de uma ética de valores absolutos, de uma convicção profunda que se tem ou se tenha na ação.

Dirá Weber, não obstante, que não é essa a posição do homem prático, do político, do homem de governo, nem mesmo do estadista, porque o homem de governo, o político, esse terá que medir sempre as consequências da sua ação. Ele tem uma ética da responsabilidade. Não basta acreditar, não basta estar convencido, não basta proclamar o objetivo: é preciso construir os caminhos para que o objetivo seja atingido. Ao construirmos caminhos para que o objetivo seja atingido, cada passo tem que supor uma reflexão sobre as consequências das alianças feitas, das escolhas feitas, das decisões tomadas. O que o homem de responsabilidade política tem de medir o tempo todo não é se ele está, a cada instante, no púlpito proclamando a verdade, mas se ele está conseguindo avançar o processo na direção, aí sim, dos objetivos a que se propõe, responsabilizando-se pelas consequências de suas ações.

Tomada na sua radicalidade, essa diferença nos poderia levar a crer que há uma certa incompatibilidade entre quem crê e quem atua, quem crê e proclama e quem atua e constrói. Na verdade, as questões são mais complexas do que o enunciado que eu acabo de fazer. É verdade que existe uma tensão nessa relação entre poder e conhecimento; até mes-

mo do ponto de vista do comportamento individual e do treinamento pessoal, de cada um de nós, para o desempenho das funções, ora na ciência ou na academia, ora no partido ou no governo.

Qual é a diferença? Muito freqüentemente, na academia, nós somos treinados a imediatamente proclamar a verdade, buscar a verdade tal como nós a encontramos numa dada situação. Mesmo que na ciência não se tenha os valores finais dos pregadores, daqueles que se propõem a revolucionar o mundo, ou dos teólogos, de qualquer maneira há um conjunto de regras que procuram, com alguma objetividade, o quanto possível, uma aproximação da verdade. E essa verdade é um valor absoluto. “Estou certo ou estou errado? Comprovei ou não a minha hipótese?” Mesmo que não se tenha uma visão popperiana, mesmo que não se tenha uma visão positivista do processo de conhecimento, quaisquer que sejam os mecanismos, ainda que seja por um mecanismo dialético, haverá sempre alguma regra para a averiguação, para a verificação: o que eu disse é certo ou não é certo. E os outros terão de comprovar, percorrendo o mesmo caminho, deverão obter os mesmos resultados.

Entretanto, nessa busca do que é certo, da descoberta de algo, certamente existe também uma preocupação legítima de proclamar: eu fiz isso, eu descobri. E quantas discussões se vêem no mundo de hoje, nesse mundo da Internet, para saber quem primeiro descobriu ou inventou, nas ciências exatas até com mais paixão do que nas ciências sociais, porque, nas ciências exatas, a demonstração é mais facilmente comprovável do que nas ciências da Humanidade, nas ciências da História. Nessas ciências, existe uma legítima competição para saber quem primeiro publicou, quem primeiro viu. E quem vê proclama e afirma como verdade sua, se bem que comprovável por terceiros.

Não é esse o caminho da política.

No caminho da política, dificilmente aqueles que proclamam o que irão fazer fazem. Muito freqüentemente, o fato de proclamar impede que se faça, e aí entra, de novo, a questão da ética da responsabilidade. Do ponto de vista de uma ética final de convicções, há que proclamar. Do ponto de vista de quem mede as conseqüências dos seus atos, de quem quer modificar uma situação, não há que proclamar. Dir-se-á: isso

significa que, na ética da política, a ambigüidade, a mentira são partes constitutivas? Não. A ambigüidade, talvez; a mentira, não. Mas, em certos momentos, cala-se. O homem de Estado não pode dizer tudo o que sabe, sob pena de, ao proclamar, prejudicar o Estado, a nação e o povo. Ele é obrigado a não dizer. O homem de ciência é obrigado a dizer.

Há diferenças, portanto, complexas, não apenas em abstrato, como coloquei aqui, numa contradição vaga entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade. Mas no comportamento efetivo, no modo pelo qual se tem o treinamento para o desempenho adequado das funções, há diferenças, e diferenças sensíveis. O homem político – eu me refiro à política com “p maiúsculo”, o tempo todo – mede as consequências. Existe um livro famoso, chamado *Terreur et Humanisme*, de Merleau-Ponty – aqui há professores que são franceses e que até se referiram a mim, sobre os fatos de 68, na França. Esse livro de Merleau-Ponty, *Terreur et Humanisme*, Terror e Humanismo, é muito interessante, porque discute os grandes processos de Moscou, os processos ocorridos nos anos 30.

A pergunta principal é a seguinte: como foi possível que alguns daqueles líderes que fizeram a revolução comunista confessassem, depois, que eles haviam “traído” a Revolução e a URSS? Há muitas explicações para isso. Depois das descobertas do que ocorreu durante o período stalinista, a explicação mais óbvia é que a confissão foi arrancada pelos mecanismos da violência e da tortura. Mas, na reflexão de Merleau-Ponty, que é uma reflexão filosófica, o que se coloca é a questão da responsabilidade, coloca-se uma questão atroz, que atormenta qualquer político que tenha noção do que sejam as suas responsabilidades. Alguns daqueles homens, que tinham dado a vida inteira para a transformação do seu país, e às vezes até com a aspiração de beneficiar a Humanidade, perceberam, na discussão com seus adversários do próprio regime – seus acusadores –, que alguns dos seus atos tiveram consequências que, embora não pensadas nem desejadas por eles, podiam ter tido eventualmente consequências negativas para os objetivos que eles almejavam.

Então, na visão de Merleau-Ponty, colocou-se de novo a questão da ética da responsabilidade. Quantas vezes o político, do ponto vista, diga-

mos, do senso comum, é “acusado de ter feito o que não fez”. Mas, algumas vezes, mesmo acusado de ter feito o que não fez, cala, porque “eu não fiz, mas será que, ao tomar tal e tal decisão, criei a possibilidade para que outros fizessem e, portanto, sou responsável?” Essa responsabilidade não é moral, no sentido da motivação da pessoa: dir-se-ia objetiva.

É claro que, na luta política, com muita freqüência se faz uma transposição indevida dessa responsabilidade com sentido amplo, filosófico, para uma responsabilidade de conduta pessoal, como se fosse um deslize pessoal. E se acusa o político daquilo que outros fizeram, não ele, sob o pretexto, nesse caso, de que os outros só puderam fazer porque houve algum tipo de conivência, do ponto de vista do político que vai ao confessionário e não haverá o que confessar ao padre. Nada. Ele, pessoalmente, não fez nada. Não existe imputação possível de erro na conduta pessoal. Não obstante, no jogo político, haverá uma imputação de erro, e, queira ou não queira – e aí me referi à ambigüidade – ele assume parte de responsabilidade daquilo pelo que, pessoalmente, não é responsável. Vê-se quantas complicações existem nesse jogo entre o saber e o poder, entre as éticas distintas que o caracterizam.

Talvez exerçam com mais felicidade o poder aqueles que não sabem, mas, certamente, o farão com menos capacidade de ação do que aqueles que sabem. A dificuldade da relação entre conhecimento e poder, do ponto de vista de quem exerce poder, é a de que quem sabe não pode dispensar a ética de convicções, mas deve assumir uma ética de responsabilidade, simultaneamente. Para alguns, isso será uma tormenta; para quem têm força interior e capacidade intelectual é um desafio. Mas é um desafio que não pode ser saltado, como se fosse um desafio menor e que não requeresse uma série de reflexões, cujo cerne está na relação entre conhecimento e poder.

Não queria limitar-me apenas a essas poucas reflexões de um ex-professor de sociologia e de ciência política. No mundo de hoje, há ingredientes novos, que não foram abordados pela literatura clássica, nem mesmo pela literatura do início do século XX a que me referi, de Max Weber; e que, tampouco, são facilmente solucionáveis pela literatura do século XIX. No século XIX, antes das formulações weberianas,

existia a teoria marxista sobre a responsabilidade política. Nela houve uma espécie de diluição da responsabilidade pessoal em nome da classe. De alguma maneira, houve também uma espécie de fusão entre a ética de convicção e a ética da responsabilidade, mas de outra forma.

A convicção de que haveria uma classe salvadora do mundo era tal, que àqueles que aderissem à ideologia atribuída a essa classe era dado amplo grau de liberdade, em termos de ação pessoal, como se eles fossem, “irresponsáveis”. A convicção quanto aos objetivos finais era tão forte que colocar pessoas em campos de concentração, nos gulags, ou onde fosse, pareceria ser apenas um instrumento da realização da felicidade no decorrer da História. Na prática, a ideologia acabou por transformar-se em pretexto. Certamente não foi essa a formulação dos clássicos. Nunca passou pela cabeça de Marx tal barbaridade. Mas, se não o intelectual, alguém que teve uma ação política deixou passar a idéia de que, na História, o que conta são as grandes modificações. E as grandes modificações estão atreladas não a pessoas, mas a grupos – às classes –, e, portanto, de alguma maneira foi possível dissolver a responsabilidade individual na responsabilidade coletiva. O partido passou a ser a instância final para dizer: é certo.

Sabemos todos os crimes que foram praticados em nome desse “é certo”. Assim, houve uma espécie de submissão da ética, no sentido clássico de que cada um é individualmente responsável por seus atos, a uma nova formulação na qual a responsabilidade passou a ser objetiva. E, quando há responsabilidade objetiva, não há responsabilidade individual, não há responsabilidade subjetiva.

Embora eu me tenha referido apenas a duas correntes de pensamento, poderia falar de muitas outras, na análise da oposição entre conhecimento e poder; mas acho que nada disso diz respeito, propriamente, às condições atuais do exercício tanto do conhecimento quanto do poder.

Talvez a descoberta, ou melhor, o reconhecimento mais importante no mundo, posterior à Segunda Guerra Mundial, tenha sido o de que não há um poder, mas há poderes; e a descoberta de que esses poderes estão muito vinculados ao conhecimento; e que o conhecimento é, também, uma forma de poder. Eu me referi apenas de passagem a

Merleau-Ponty. O debate clássico, pelo menos na literatura francesa, foi dele com Sartre, com Raymond Aron e outros autores mais, alguns dos quais eu tive o privilégio ou de conhecer, ou de deles ser aluno, como fui de Raymond Aron.

Mas creio que nem mesmo na grande discussão que se travou no período posterior à guerra, durante o auge do Existencialismo, do debate entre Existencialismo e Marxismo, sobre o conhecimento como forma de domínio, chegou-se a expor tão claramente o tema como quando ele apareceu, mais tarde, nas obras de Michel Foucault, pensador francês, professor do Collège de France que esteve várias vezes no Brasil; e como, mais recentemente, o Professor Bourdieu o desenvolveu amplamente na análise das formas ritualizadas e hierarquizadas de poder, na verificação de que as profissões passaram a deter poder. E o poder passou a ser muito vinculado às formas de conhecimento, e o monopólio do conhecimento passou a ser, também, um instrumento fundamental de poder.

Hoje, talvez, de forma mais direta do que na filosofia a que me referi, pré-grande desenvolvimento científico, pré-difusão das informações, pré-difusão de todos esses mecanismos que hoje nos apaixonam, da comunicação rápida, da Internet, da ciência da computação, etc., há outras abordagens que procuram entender como se coloca hoje a relação entre poder e saber.

Hoje, mais do que em qualquer outro momento da História da Humanidade, há uma simbiose, um amálgama entre poder e saber. Quem não sabe não pode. E, muitas vezes, quem sabe pode tanto que se torna tão arriscado acreditar nesse saber sem controle como crer nos profetas sem controle. De alguma maneira, houve uma sacralização do saber, na medida em que os que sabem passaram a desenvolver uma linguagem esotérica em várias áreas do saber e do poder específicos; passaram, por essa mesma capacidade técnica, a conhecer aspectos da realidade que outros não conhecem e, simultaneamente a dispor de um poder que os outros não têm. Esse poder, em geral, não é problematizado. O controle social sobre esse poder ainda está muito longe de ser eficaz, universal.

O controle sobre o poder político, sobre o poder sujeito a mecanismos de definição de quem manda, sejam eles democráticos – e, na maioria, hoje em dia, por sorte, o são –, sejam eles mais arbitrários, é um controle que, de alguma maneira, no decorrer dos séculos, se foi estabelecendo. Há a teoria do *checks and balances*, a existência de parlamentos, a existência de cortes, a existência de uma sociedade cada vez mais ativa, cada vez mais participativa. Tudo isso levou à criação de uma situação na qual o poder presta contas. Talvez o poder que menos preste contas seja o poder técnico, poder imenso, de que dispõem certos setores da sociedade contemporânea.

Quando se acompanham os debates a respeito, por exemplo, de fluxos de capital, a respeito da transferência rápida de recursos de um país a outro, a respeito dos equilíbrios orçamentários, a respeito de mecanismos de limitação da ação de governos para controle e economia globalizada; a respeito de situações financeiro-especulativas instáveis e repentina, que afetam um país através de mecanismo que se conhece pouco, vê-se como, efetivamente, o saber – no caso, um saber vinculado à prática, mas sem que responda a nenhuma ética, nem a da responsabilidade, nem a das convicções – passou a ser uma área que merece ser discutida.

É possível assumir a responsabilidade que decorre de alguém crer possuir os valores finais; é possível, da mesma maneira, controlar a ação dos que decidem, prestando contas públicas das decisões baseadas no poder reconhecido como poder. Entretanto, é muito mais difuso o controle dos que detêm poder porque sabem, e a sociedade não tem ainda instrumentos ou mecanismos de prestação de contas desse tipo de poder.

Talvez, no dia-a-dia de quem exerce a prática de governo – e aqui há muitos que a exercem ou a exerceram –, seja esse um dos aspectos menos problematizados. É problematizada e está na imprensa, no dia-a-dia, a cobrança dos homens de governo por parte daqueles que se orientavam pela ética de valores finais. Essa é a mais fácil. “O mundo deve ser melhor. Eu acredito num mundo melhor. Eu quero um mundo melhor, e não estamos transformando este mundo num mundo melhor. A decisão tal ou qual não leva a um mundo melhor.” Essa é a cobrança mais imediata, a mais banal, a que mais apaixona e a que

menos preocupa a quem tem noção das coisas, porque ela é reiterativa, não tem nada de novo, se desfaz nela própria, não corresponde ao que a História espera de quem exerce o poder. Ela, simplesmente, deleita os que não sabem, os que não vêem as dificuldades, que não se relacionam com a História, mas se relacionam vagamente com valores aos quais aderem sem responsabilizarem-se também por transformá-los em parte da vida.

As cobranças relativas às responsabilidades efetivas do homem de poder existem e são válidas. E, para essas, certamente existem mecanismos no debate político e nas instituições. Recorre-se, para isso, a uma mescla entre a responsabilização em nome de valores finais e a responsabilização pela construção de caminhos.

Agora, o problema que estou colocando refere-se às dificuldades de visão mais clara nas zonas de poder resguardadas pela sacralização do saber técnico, profissional e científico. Quando alguém diz “É assim, porque tenho tais e tais razões que você não entende” e quando diz “É isso e isso que deve ser feito”, e o político que toma a decisão não sabe se é certo, não tem os elementos de informação efetivos para saber se a decisão é correta ou não é correta e tem que crer nessa decisão, inverte-se a lógica. No mundo de hoje, cada vez mais, existem áreas de decisão que aparecem sob a forma técnica. É preciso problematizar essa forma técnica, do ponto de vista da dialética entre conhecer e poder, porque a forma técnica disfarça muitas vezes uma busca de poder que não é responsável, ou seja, não está prestando contas ou está disfarçando o fato de que se trata de uma efetiva busca de poder. Aparece, pura e simplesmente, como se fosse a “Academia”, como se fosse algo que não pode ser discutido, porque está respondendo a valores que não são “esses valores banais” da vida cotidiana de quem exerce o poder. Não me refiro a uma situação particular do Brasil. Trata-se de uma situação bastante generalizada, que tem a ver com a apropriação de segmentos crescentes de poder na sociedade por quem sabe, por pessoas que têm uma certa formação e que se fecham nessa certa formação para melhor exercer influência e poder.

A literatura que eu conheço – e, confesso, já faz tempo que não conheço muito –, a literatura que conheço, repito, é uma literatura que

descreve esses mecanismos, mas os descreve como quem descobre que existem áreas da sociedade que são assim. Mas não vi ainda a problematização disso, em termos da temática maior, da responsabilidade filosófica, das consequências éticas desse tipo de prática.

É claro que esse tipo de prática cada vez mais passa a parecer como não-política, no sentido tradicional. Existe um autor, que alguns aqui conhecem, que se chama Karl Mannheim. É um alemão que foi para a Inglaterra por causa do Nazismo e escreveu livros extremamente importantes sobre a democracia, o planejamento, sobre uma série de matérias relativas ao que ele estava assistindo, que era à formação desse mundo novo, com uma burocracia crescente, com um saber especializado também crescente. Na visão de Mannheim, o que se opõe – no sentido não de ser contra, mas de ser diferente – à política é exatamente a existência de esferas rationalizadas da sociedade. O que quer dizer “esferas rationalizadas”? Quer dizer esferas nas quais o comportamento é previsível porque já se conhecem suas regras, alguns pelo menos conhecem as regras prevalecentes em níveis da sociedade.

A política se opõe a isso porque a política é precisamente o oposto disso. A política é o reino do desconhecido. Não há política quando há repetição. E é curioso e é paradoxal, porque a política, no dia-a-dia, é repetição: conversa-se a mesma coisa o tempo todo, repetem-se as posições o tempo todo. Mas a verdadeira política surge quando dessa repetição nasce o novo, emerge uma solução. E os que são afetados à vida política sabem que é assim, sabem que o político precisa ter a paciência de ouvir, de repetir e também de não proclamar o tempo todo que ele já sabe, até que surja o que os americanos chamam de *breakthrough*, uma clareira, uma janela que se abre, e surge o novo. Aí surge a política, o inesperado.

Na nossa sociedade, as áreas do inesperado vão diminuindo crescentemente e vão aumentando as áreas em que se sabe o que vai acontecer, ou melhor, pensa-se que se sabe, se espera que aconteça. E há regras que vão definindo os comportamentos. Daria a impressão, portanto, de que a área da política, no sentido que defini acima, da inovação criadora, vai diminuindo, enquanto a área da administração, das regras, vai cres-

cendo. Classicamente, a política se contrapõe à administração nestes termos: administra quem segue regras; político é o que inova.

O que estou acabando de lhes dizer, mostrando que existe, crescentemente, poder nas especializações, é que essa visão é enganosa. Porque, além da grande política como inovação, que tem um palco onde ela ocorre – o Congresso, as ruas, a imprensa, etc. –, existem políticas, também, que parecem ser o reino da racionalização, na qual a ética da convicção parece ser a regra, onde, dos valores que pareceriam ser puros, acadêmicos e não contaminados pelo poder, surge um mundo de saberes específicos que escondem poder.

Eu acho que, ao contrário do que parecia a Mannheim, está havendo hoje uma pan-politização disfarçada sob a forma de conhecimento. Isso precisa ser refletido por aqueles que são, como os senhores, devotos do conhecimento. O devoto do conhecimento não pode se esquecer de que conhecer é saber, e, portanto gera uma responsabilidade política. Essa responsabilidade não pode se esconder, pura e simplesmente, no fato do saber. Essa responsabilidade deve tornar-se consciente e, o quanto possível, interpessoal, o quanto possível pública.

Esse é um desafio que será crescente no mundo contemporâneo, porque o novo milênio vai redefinir a política no sentido antigo, confinada a locais específicos da sociedade, de onde ela aparecia como força inovadora, mas caracterizada diferentemente do saber e dos valores finais. A política ficará possivelmente diluída na sociedade, sem aparecer com cara própria. Reaparecerá como se fosse guiada pela ética da verdade absoluta, como se fosse o resultado da dedicação a uma causa nobre, como se não desse ser responsabilizada, porque está fora do reino tão “pecaminoso” da política.

Acredito que isso é uma matéria de reflexão para todos os que têm que lidar – e aqui é o caso – com as novas formas de poder, do poder exercido pelos que sabem.

Não quero cansá-los. Eu próprio, infelizmente, pelo menos para mim, sujeito às tarefas da política cotidiana, sou obrigado a seguir relógios o tempo todo. Tenho que concluir. Mas queria aludir a um último ponto – e foi o Professor Beloche que, sem o saber talvez, o

sugeriu, num breve encontro que tivemos hoje na biblioteca. O Professor Beloche referiu-se a que este centro de pesquisas onde estamos é uma espécie de catedral da imaginação. Ele mencionou que, em 68, na França, com o movimento de maio, de Nanterre e depois na Sorbonne, havia um dístico chamado "A imaginação no poder". E eu disse ao Professor Beloche que esse era um tema que me tocava até existencialmente, porque que eu fui professor nessa época, na França, fui professor em Nanterre daquele que foi, na época, o mais radical dos líderes, Daniel Cohen-Bendit. E disse ainda que acompanhei muito de perto as modificações havidas na percepção da Universidade francesa sobre as realidades da política; e que a discussão sobre o papel da imaginação é um ponto central para a compreensão do nosso tema.

Quero aproveitar para juntar essa sugestão do Professor Beloche ao que acabo de expor. Em que sentido? No sentido de que é possível, como tentei fazer aqui, mostrar que há diferenças entre o saber e o poder, tanto abstratamente, na sua ética, em termos de pensamento geral, como em termos práticos, no comportamento de quem está dedicado mais ao saber e de quem está dedicado mais ao poder. Tentei mostrar que essas diferenças não são absolutas e que, se não entendermos que é preciso juntar saber e poder e criar uma ética que seja equivalente para quem sabe e para quem pode – porque, no fundo, hoje, saber é poder –, não se resolve a questão.

Há uma perspectiva, que me parece central, para entender tanto o poder quanto o saber. E, quando digo "saber", aqui, generalizo: tanto o saber das ciências da natureza, das mais abstratas, como as matemáticas, até o saber das ciências humanas e das ciências históricas. Porque o que muda o mundo numa situação dada não é o saber sozinho, nem é o poder sozinho. Talvez, isolados, menos ainda. Cada vez mais é necessário que haja essa junção, porque para bem governar é preciso saber. E quem sabe, repito, pode. Mas existe um elemento, que é elemento essencial, e que ou existe, tanto no saber, quanto no poder, ou não se avança, não se transforma nem a sociedade, nem a Ciência, nem a Arte, nem nada. É a imaginação.

A verdadeira chave que leva à percepção das coisas bem como à mudança delas, que permite que alguém, em qualquer dos campos, na ciência ou na política avance, é a imaginação. Não sou eu a pessoa mais adequada para fazer uma reflexão sobre a imaginação. Mas há quem a tenha feito. É essencial que tenhamos cada vez mais a noção de que nada muda se não formos capazes de projetar algo diferente, se não formos capazes de criar, de imaginar. E não há regras da imaginação. Eu gosto de repetir uma frase que, se fosse na época do regime autoritário, eu talvez fosse até culpado dela, assim como vi, recentemente, num texto do jornal O Estado de S. Paulo, que um pobre livro que escrevi foi considerado uma peça muito subversiva. Mas eu aprecio uma frase de Trotsky – Trotsky foi um grande orador – que diz: “O verdadeiro orador, quando fala”, a frase é dele, “é possuído por Deus. Deus fala pela boca do orador.” Ou seja, o orador não tem consciência plena do que está dizendo no sentido da lógica, no sentido de que, no momento em que se empolga, não capta propriamente o que está dizendo. Ele fica empolgado ou “endemoniado”; ou, se preferirem, ele é sagrado, tonar-se divino, transcende. A criação é um momento divinatório, de transcendência. Não é um momento de análise, não é um momento de reflexão: é algo diferente. E esse algo diferente une a ciência à política, une o saber ao poder.

Em certas situações, alguém, e aí é alguém que inventa, que diz a palavra nova, vê o que ninguém viu, e, depois, sua descoberta torna-se um ovo de Colombo. Mas há um momento que é de criação. E a criação é igual na sua natureza essencial, tanto na pintura quanto na música, na física, na matemática, na biologia, na sociologia e na política. Há um momento em que é possível antever algo que não está visto. E é aí que se avança. Aí não há regra. E é preciso ter humildade. Não adianta alguém se propor a isso, porque quem o faz não chega necessariamente ao resultado. Talvez esteja eu, agora, tomado de um espírito de irracionalidade para compensar o racionalismo normal de quem é obrigado a um diálogo público permanente.

Mas, em dado momento, a decisão não obedece a nada. “Obedece a nada” quer dizer a nada de que se tenha consciência. Certamente,

não é a qualquer momento que se pode tomar uma decisão inovadora. Certamente, não é a qualquer momento que se pode fazer uma descoberta científica. Certamente, não é a qualquer momento que se pode fazer um avanço de criação na literatura ou na pintura. É preciso que haja muita coisa já feita. Não se trata de um espírito absoluto, que, de repente, instaura uma verdade nova. Essa seria uma visão profundamente irracionalista. Mas é tão irracional quanto isso imaginar que, com regras predeterminadas e com um conhecimento anterior sobre o que costuma acontecer e com muita análise, se vai conseguir dar o salto para o novo. O salto não depende disso. Não estou dizendo que o salto criador dependa só da ação de uma pessoa. Essa pessoa sozinha não salta. Tudo é interação, mesmo a criação artística. Tudo é interação, mesmo naqueles que, quase na loucura, estão isolados. Existe sempre uma relação, uma ligação com outros setores da sociedade, com outras experiências humanas, existenciais e históricas.

Mas seria irracional pensar que se pode controlar tudo. Quem imagina que controla tudo é irracional. Há momentos em que não se controla um aspecto da vida. E, aí, entra a imaginação. Não é só a paixão, que também é importante na vida. Não é só a paixão. Não é só o quase delírio divinatório. A paixão ou o delírio divinatório, quando recaem sobre alguém que não tem informação, seja na política, seja na academia, não resolve, não cria. Mas, se uma pessoa, mesmo na academia e mesmo na política, tiver um conhecimento enorme, for capaz de conhecer todas as relações entre o poder e o saber, tiver a melhor das disposições, não for, num dado momento, bafejada – bafejada pelos outros; às vezes, sabe Deus por quem –, bafejada por um raio que, de repente, lhe ocorre, não muda nem cria nada.

Nas sociedades contemporâneas, onde é crescente a racionalização do mundo por tantas regras, as mudanças se dão crescentemente também por tempestades, por alguma coisa súbita e não prevista. Qualquer tentativa de explicar as mudanças sem tomar em consideração que há o imprevisível é uma tentativa orgulhosa e vã, porque não se é capaz realmente de explicar, a cada momento, o que acontece.

Não sei se, ao terminar dizendo isto, não estarei caindo em uma espécie de contradição, ao assinalar que, apesar da ética da responsabilidade e da ética da convicção, há momentos em que existe algo acima disso – não sei se é acima – e há momentos em que a decisão tem que ser tomada, tanto na ciência quanto na política; e que não será a convicção num valor externo, nem a consideração sobre a responsabilidade quanto às consequências do que se vai fazer. É que nos guia talvez a possibilidade, não sei se premonitória, de alguém que, de repente, sintetiza uma tendência que ainda não está nem esboçada e, ao fazer isso, se torna parte constitutiva de um mundo novo.

Acho, portanto, que a formação científica, a formação política, o saber, o poder, o conhecimento, a responsabilidade, as comunicações têm que ser repensados continuamente. Mas temos que ter também a humildade de saber que, por mais que pensemos, haverá sempre momentos em que a decisão, a descoberta vão obedecer e vão ser motivadas por razões, como diria Pascal, que a própria razão desconhece.

Muito obrigado.